

Congresso tem cinco dias para limpar a pauta

BRASÍLIA — Nada menos do que 15 medidas provisórias, 35 vetos, o Orçamento da União e dezenas de projetos polêmicos da Câmara e do Senado estão na pauta da última semana de “esforço concentrado” do Congresso, que entra em recesso no dia 15. O principal tema da semana será a política salarial, que deve provocar um confronto em plenário, já que, na avaliação dos líderes dos partidos ligados ao Governo, dificilmente haverá acordo. Como, nesse assunto, o Governo é minoritário, é provável que seja aprovado um projeto do PMDB estabelecendo a indexação ou a prefixação salarial, para ser depois rejeitado pelo Senado ou vetado pelo Presidente Collor.

Além disso, o Governo e os líderes partidários estão preocupados com a

votação das medidas provisórias que estão na pauta, pois os prazos de vigência da maioria acabam em janeiro. Como a Constituição determina que o Congresso fica, automaticamente, convocado dentro de cinco dias, depois da edição de uma medida provisória, e o Governo não poderá deixar de reeditar medidas como a que regula a negociação das mensalidades escolares, por exemplo, tanto os governistas quanto os oposicionistas estão unidos no propósito de evitar esta convocação, limpando a pauta.

Na última semana, o Líder do Governo na Câmara, Humberto Souto, percorreu as lideranças partidárias, alertando seus ocupantes para os inconvenientes de uma convocação extraordinária do Congresso em pleno

recesso, especialmente no último mês da legislatura. Há quem acredite, porém, que dificilmente a sobrecarregada pauta da semana será esgotada:

— Não acredito que nós vamos limpar a pauta. Acho que não votaremos nem a política salarial e o Orçamento vai ficar para janeiro — prevê outro Líder da base governista, o petebista Gastone Righi.

Além das medidas provisórias, e dos vetos, estão na pauta projetos bastante polêmicos. Na Câmara, a possibilidade de acordo em torno de projetos como o que regula a edição de medidas provisórias, e o que regulamenta o limite de 12 por cento ao ano para os juros, é muito remota, já que não interessa ao Governo a aprovação de nenhum dos dois.